

## **CANOASPREV**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS

Ata Nº: 538 - Conselho Deliberativo do CANOASPREV

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, na sede do instituto, reúne-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo do Canoasprev, nas dependências da instituição. Presentes na reunião: O presidente do Conselho Deliberativo André Heck, vicepresidente Gisele Soares da Silva, secretaria Elisabete Scheitt de Oliveira, Haniel Duarte Moreira, Gerson Luiz Antoni, Evandra Farias Batista e Douglas dos Santos Klafke. Justificou a ausência: Maria Helena Gomes de Andrade, Luis Gustavo Crus da Silva. Ausente: Delmar da Silva Furtado. PAUTA: 1- Apresentação do cálculo atuarial 2024/2025. Apresentação de slides pela empresa Athena. Ao final da apresentação o conselheiro André faz uma retrospectiva histórica sobre o Canoasprev registrando que desde a criação dos dois fundos, em mais de um momento nas gestões municipais, o Ente Prefeitura Municipal de Canoas teve problemas na questão dos repasses legais e que certamente isso repercute no atuarial até hoje. Informa que a apreciação da apresentação e do cálculo atuarial será na próxima reunião em 14/05/2025. Ato contínuo à apresentação o presidente do Canoasprev que esteve presente à reunião anunciou um convênio que está sendo feito entre o Canoasprev e a Universidade La Salle para ser oferecido um MBA em RPPS com ampla abrangência de participantes. A conselheira Elisabete sugere que o Canoasprev ofereça oportunidade custeada para os conselheiros se qualificarem. O presidente reforça que também será oferecido aos conselheiros um curso de formação permanente aos conselhos dentro do Canoasprev. Finalizada a apresentação o conselho se reúne para ler o oficio nº 07/2025 que é assinado pelo presidente do conselho Sr. André e encaminhado por protocolo, processo nº 25.2.000001988-4. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata que depois de apreciada, ajustada e aprovada pelo conselho será encaminhada para publicação no site do CANOASPREV.

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

ATA DAS PRESENÇAS

Nº DA REUNIÃO: EXTRAORDINÁRIA - Nº 538

**TITULARES:** 

André Afonso Heck

Elisabete Scheitt de Oliveira

Gisele Soares da Silva Gisele

Delmar da Silva Furtado

Luis Gustavo Crus da Silva

Haniel Duarte Moreira Haniel Hourisa

Maria Helena Gomes de Andrade Justificou

SUPLENTES:

Gerson Luiz de Antoni

Nilce Bregalda Schneider

Márcia Ferreira Leão

Evandra Farias Batista

Douglas dos Santos Klafke

Luciane Velasques.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS R. Quinze de Janeiro, 11 - Bairro Centro - CEP 92010-300 - Canoas - RS

## **PROTOCOLO**

Nº DO PROCESSO: 25.2.000001988-4

**DATA DE ABERTURA: 28/04/2025** 

REQUERENTE: ANDRÉ AFONSO HECK

TIPO DE PROCESSO: Diversos / Outros (CANOASPREV)

ESPECIFICAÇÃO: OFICIO 07/2025 - CONS. DELIBERATIVO - COMPREV





Documento assinado eletronicamente por **Douglas dos Santos Klafke**, **Assistente Administrativo A**, em 28/04/2025, às 15:50, conforme art. 4°, do Decreto nº 221, de 22 de junho de 2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.canoas.rs.gov.br/autentica\_sei.php informando o código verificador 1817608 e o código CRC 7405EF6A.

25.2.000001988-4 1817608v1

Ofício nº 07 de 2025 - CONSELHO DELIBERATIVO

Canoas, 23 de abril de 2025.

Ao

Sr. Richard dos Santos Dias

Presidente do CANOASPREV.

Assunto: COMPREV

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, informar que este conselho deliberou na reunião do dia 23 de abril de 2025, por reiterar solicitação de esclarecimentos sobre o assunto COMPREV, considerando a nova gestão.

O ofício 29/2024 do Conselho Deliberativo, datado de 04 de dezembro de 2024, teve o intento de esclarecer junto a Diretoria Executiva a questão envolvendo os aportes de recursos por parte do município, para a complementação e quitação da folha de pagamento do Grupo 1 (financeiro), pois observou-se utilização dos valores oriundos do COMPREV para quitação da folha do G1.

O ofício nº 32 de 2024 – CONSELHO DELIBERATIVO, datado de 10 de dezembro de 2024, solicitou o embasamento legal para tal utilização.

O oficio nº 328/2024 – GP CANOASPREV, datado de 10 de dezembro de 2024, informou que a Diretoria Previdenciária do Instituto identificou que os valores recebidos a título de compensação previdenciária de todos os segurados do FAPEC foram depositados, em sua totalidade, apenas no Grupo Previdenciário (G2). Com base nisso, verificou uma discrepância entre a alocação dos valores e a destinação correta estabelecida pela legislação.

A Lei Municipal nº 5.082/2006, em seu art. 15, § 4º, estabelece uma vedação específica ao proibir a utilização dos recursos financeiros do Grupo 2 (G2) para o pagamento dos benefícios do Grupo 1 (G1).

Na mesma senda, a Portaria MTP nº 1.467/2022, no art. 60, incisos III e IV, impõe a necessidade de uma separação clara entre os recursos e as obrigações dos diferentes fundos, vedando a transferência de recursos entre eles.



## **CANOASPREV**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS

Foi requerido à Procuradoria Jurídica do Canoasprev, através do memorando nº 2024045527, análise e manifestação acerca da possibilidade de ressarcimento de valores oriundos de compensação previdenciária depositada no grupo previdenciário (G2), porém, com origem de contribuições de segurados do grupo financeiro (G1). Assim, o Parecer Jurídico nº 29/2024, dispôs que:

V- CONCLUSÃO

A solicitação de ressarcimento ao Grupo Financeiro (G1) é compatível com a legislação e regulamentação vigentes. A transferência dos valores do Grupo Previdenciário (G2) para o Grupo Financeiro (G1) pode ser realizada sem violar as normas legais, desde que observadas as diretrizes para segregação e apenas com objetivo de corrigir a alocação dos recursos depositados no grupo incorreto. Dessa forma, o ressarcimento tem como propósito o simples ajuste da fonte de custeio "compensação previdenciária" para o seu grupo de origem, o que não configura transferência de recursos, mas, sim reestabelecimento da correta separação financeira. Portanto, face a análise jurídica realizada, conforme o disposto na lei, os valores para a guitação da folha de pagamento do Grupo 1 (financeiro), não foram complementados com valores oriundos do Grupo 2 (previdenciário), mas sim com recursos originariamente do Grupo 1, que estavam erroneamente alocados no Grupo 2, conforme documentos anexos. Denota-se então que o ressarcimento realizado ao Grupo 1 atendeu ao princípio da legalidade, estando embasado em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, tendo em vista que não houve a transferência de recursos, mas, sim, o reestabelecimento da correta separação financeira.

No SEI PROCESSO N°: 24.2.000003444-5 encontra-se o parecer jurídico na íntegra.

Tal esclarecimento se faz imprescindível, haja vista que nos demonstrativos encaminhados ao conhecimento deste Conselho, observa-se que os valores da folha do G1 seguem sendo complementados com recursos oriundos do COMPREV, com base no Parecer Jurídico nº 29/2024 acima citado, o que no entendimento e interpretação deste conselho conflitua com a legislação municipal.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

André Heck

Presidente do Conselho Deliberativo